

## **Além dos tijolos aparentes: um estudo sobre a relação dos moradores com patrimônios da cidade do Paulista-PE<sup>1</sup>**

*Diomedes de Oliveira Neto 2*  
*Sofia Araujo de Oliveira<sup>3</sup>*

### **Resumo**

O município de Paulista-PE teve sua identidade marcada pelo desenvolvimento da Companhia de Tecidos Paulista sob a gestão da família Lundgren que junto com a contribuição dos operários deixaram na cidade um legado que constitui o patrimônio cultural da mesma. Esta pesquisa objetiva entender se os moradores de Paulista conhecem a história dos bens culturais da cidade, tendo como foco o casarão dos Lundgren, Jardim do coronel e Igreja de Santa Isabel. A pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo e utilizou o método de análise descritivo. Concluiu-se que apesar de movimentos voltados para salvaguarda do patrimônio, parte da população ainda não conhece a história da cidade e não tem interesse em preservar estes bens culturais. Faz-se necessário o desenvolvimento de ações de educação patrimonial para o desenvolvimento da consciência sócio-histórica das referências culturais principalmente nas novas gerações e despertar a relevância do passado na constituição da identidade da cidade.

**Palavras-chave:** história; patrimônio cultural; Paulista.

### **1.Introdução**

O município de Paulista, localizado na região metropolitana do Recife, Pernambuco, possui uma história diferenciada, pois além da colonização portuguesa em tempos de colônia, no início do século XX teve seu território e cultura atrelados às atividades da Companhia de Tecidos do Paulista. A presença da família Lundgren e a contribuição dos operários deixaram na cidade um legado que constitui o patrimônio cultural da mesma. Dentre os bens culturais herdados deste período, destacam-se no centro de Paulista a Casa Grande onde viveu a família Lundgren, o Jardim do Coronel e a Igreja Santa Isabel.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dias 30 de novembro, 1 e 2 de de 2017.

<sup>2</sup> Diomedes de Oliveira Neto: Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Bacharel em História pela UFPE e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

<sup>3</sup> Mestre em Cultura e Turismo - UESC. Especialista em Cultura Pernambucana- FAFIRE. Bacharel em Turismo – UFPE. sofiaaraujo@yahoo.com

A história de uma comunidade é de extrema importância para que a mesma tenha referência, formando sua identidade e contribuindo para um entendimento do presente. Além disso, o conhecimento das origens culturais dos bens patrimoniais gera o sentimento de pertencimento e conseqüentemente a preservação do patrimônio. Este artigo procura entender se os moradores de Paulista conhecem a história dos bens culturais da cidade, tendo como foco o casarão dos Lundgren, Jardim do coronel e Igreja de Santa Isabel. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. Os dados foram analisados através do método descritivo. (DENCKER, 1998) Para tanto, além da revisão bibliográfica e documental, foram aplicados 125 questionários, no mês de setembro de 2017 com moradores da cidade. Os questionários foram aplicados virtualmente, sendo divulgados em grupos dos bairros de Paulista através das redes sociais.

## **2. Paulista, a cidade das chaminés**

O município do Paulista está localizado ao norte do Estado de Pernambuco e faz parte da Região Metropolitana do Recife. No início do período colonial, a área onde hoje está localizado o município fazia parte da capitania de Pernambuco, cujo donatário era Duarte Coelho que doou as terras de Paratibe ao seu cunhado Jerônimo de Albuquerque.

Em 1550, Jerônimo de Albuquerque doou essas terras ao português Gonçalo Mendes Leitão, que iniciou sua povoação, criando em 1559, o Engenho Paratibe e uma capelinha dedicada a Santo Antônio (...). Com a partilha das terras, o engenho foi desmembrado em Paratibe de cima e Paratibe de baixo, sendo vendido a vários proprietários(...). O Engenho de Paratibe de baixo e toda a área de Maranguape pertenceram a João Fernandes Vieira, que após o falecimento de sua esposa, D. Maria Cezar, passou as terras em 1689 ao testamenteiro, seu cunhado, o Coronel Berenguer de Almeida. O Coronel Berenguer vendeu o engenho ao mestre de campo, Manuel Alves de Moraes Navarro, natural da Capitania de São Paulo, de onde veio comandando um grupo de Bandeirantes para a chamada “Campanha dos Palmares”, com a missão de acabar com o famoso quilombo. Por conta disso, as terras ficaram conhecidas como o “Engenho do Paulista”, dando origem ao nome da cidade. (SILVA, 2008, p.1)

Já em tempos republicanos, em 1892 foi fundada a Fábrica Paulista (Cia. de Tecidos Paulista) por José Adolpho Rodrigues Lima, sendo comprada posteriormente pelo sueco

Herman Theodor Lundgren em 1904. A visão empreendedora deste imigrante e de sua família foi responsável pela mudança da estrutura urbana da cidade, o que contribuiu também para uma nova dinâmica social e cultural que reverbera até os dias atuais. Herman faleceu em 1907 deixando a administração dos negócios com os seus filhos Alberto, Frederico e Arthur (GOÉS, 1964).

Os irmãos Lundgren, Arthur e Alberto, foram prefeitos de Olinda, provavelmente exercendo, segundo Cavalcante, uma influência política que contribuiria para a emancipação de Paulista em 04 de setembro de 1935. (CAVALCANTE, 2015) (SILVA,2008).

A Companhia de Tecidos Paulista (CTP) criou sua própria rede de lojas, sendo a primeira inaugurada em 1909. Inicialmente as lojas eram denominadas “Lojas Paulista”, mas na década de trinta passou a se chamar “Lojas Pernambucanas”. Nas lojas eram vendidos os tecidos fabricados nas fábricas da CTP. A rede de lojas tornou-se a maior rede varejista do setor no Brasil e o sucesso do empreendimento era tanto que “[...] muitas vezes, os prefeitos solicitavam aos diretores do Grupo que instalassem uma loja em seu município, não só como um conforto para os habitantes, mas, sim e principalmente, como símbolo de prestígio e modernidade da própria cidade.” (TRAJANO apud MASCHIO, 2008, p.30)

A CTP possuiu no município duas fábricas que hoje estão localizadas no centro de Paulista, sendo elas: a Fábrica Arthur, conhecida como fábrica velha, onde foi construído o Paulista North Way Shopping; e a fábrica Aurora, onde atualmente se constrói um condomínio de apartamentos. As fábricas produziam como carros-chefe a produção de chita e brim, tendo como particularidade a primeira estamparia da região. O sucesso do empreendimento foi tanto ao ponto de se tornar a maior fábrica têxtil da América Latina.

Milhares de trabalhadores eram recrutados no interior do Nordeste para trabalhar nas fábricas. Assim, as famílias se deslocavam para Paulista com a esperança de uma vida melhor que a vida agrária. A CTP era proprietária das casas e cedia as moradas para as

famílias dos proletários. Neste contexto surgem as vilas operárias próximas às fábricas, integrando a vida familiar ao trabalho.

A vida dos trabalhadores era gerenciada pela CTP, como explica Cavalcante (2015, p.6), “O discurso do padrão de excelência dos Lundgren e algumas das medidas seguidas, ou aparentemente implantadas, incluíam a construção de casas higiênicas, assistência médica, iluminação das ruas, água limpa, e o divertimento.” As famílias dependiam do trabalho fabril, pois quase todos seus integrantes trabalhavam na CTP visto que esta contratava homens, mulheres e também crianças.

A partir do fechamento da CTP, vários bens de propriedade da família Lundgren foram vendidos e, posteriormente, destruídos ou descaracterizados de sua estrutura original. Observam-se poucas ações para a preservação das características originais da cidade, como por exemplo, as vilas operárias que poderiam ser tombadas. Dentre as raras iniciativas populares, está o Movimento Pró-Museu que se articula pela preservação do patrimônio da cidade, sendo responsável por lutas na permanência da chaminé da fábrica velha, que iria ser destruída pelos administradores do shopping. Como resultado das reivindicações do movimento, a chaminé foi integrada ao projeto do centro de compras.

O casarão dos Lundgren, onde residiu a então família, e a Igreja Santa Isabel, ambos localizados no centro de Paulista, são testemunhos intactos do período fabril do município. Desta forma, este artigo terá como foco estes bens históricos, considerando também sua riqueza cultural.

A igreja de Santa Isabel foi construída entre os anos de 1946 e 1950 pelos Lundgren em homenagem à matriarca da família, D. Elizabeth Lundgren. A igreja deveria ter o nome de Santa Elisabeth Regina, porém não existe uma santa católica com este nome, sendo o templo dedicado à Santa Isabel – Rainha de Portugal. O local onde está situada a igreja foi disputado pelo Sindicato dos Tecelões para a construção de sua sede. Contudo, a família Lundgren contestou o uso do terreno para este fim e obteve o apoio do Arcebispo e autorização do governador Agamenon Magalhães para a construção da igreja. (BARBOSA, 2011)

A propriedade da igreja ronda um mistério como aponta Barbosa (2011, p.1),

A pedra fundamental da Igreja foi lançada em 13 de janeiro de 1946 com a presença do Arcebispo D. Miguel de Lima Valverde (...) A inauguração foi em 29 de junho de 1950 com procissão e missa concelebrada pelo bispo arquidiocesano. Consta do Livro de Tombo da Igreja que, junto com a pedra fundamental foi colocada uma urna onde se encontra um documento que “prova a promessa e o fato da doação da Igreja ao povo católico do Paulista” (ALCÂNTARA, p. 95). Entretanto, depois de construída, “os Lundgren doaram a mesma para a Arquidiocese de Olinda e Recife, mas esse documento desapareceu e, até hoje, a igreja é de propriedade da CTP” (ANDRADE, 2010, p. 2).

A religião católica estava intimamente relacionada com a vida cotidiana dos moradores. De acordo com os relatos da população, várias pessoas declaravam que se porventura a família Lundgren decidisse destruir a igreja, “teriam que derrubá-los primeiro”, pois estes iriam para a frente da edificação a fim de evitar o fato. Cavalcante (2015) explica que esta relação população-igreja era bastante estreita no período de produção fabril, já que se configurava uma predominância do catolicismo. As atividades religiosas, além das associações paroquiais, possuíam grupos como a Juventude Operária Católica e a Liga Operária Católica que contribuíram também como instrumentos de ordenação da classe trabalhadora através da formação de uma moral e disciplina.

Com relação à sua estrutura, a igreja de Santa Isabel possui 60m de altura, apresenta expressões de uma arquitetura eclética (tendências neorromânicas e neogóticas) e foi edificada com tijolos que se mostram aparentes. (BARBOSA,2011) Projetado por um arquiteto de origem germânica, o templo possui estrutura em concreto armado e os arcos trabalhados pela sobreposição dos tijolos, além da presença de vitrais, absidiolas, pilastras e coruchéu da torre em formato octogonal, “elementos que suavizam sua aparência e conferem sofisticação ao uso do material.” (CORREIA, 2011, p.1)

Na fachada ocidental, a presença de três portadas ao gosto neorromânico e uma torre única ao centro. No interior, duas tribunas e o coro (conforme as recomendações da Igreja), a nave é única com a presença de arcadas com janelas em vitrais. Ao fundo, um

altar-mor, ladeado por dois altares laterais. No topo do arco-cruzeiro aos pés do altar-mor encontra-se a inscrição: SANTA ELISABETH REGINA.

As pinturas ao fundo dos altares são obras do artista plástico Hildebrando Eugênio, o mesmo que desenhou a bandeira da cidade do Paulista. As imagens sacras a comporem os altares foram doações de comerciantes, operários e de membros da família Lundgren. As janelas em vitrais passaram por restaurações em 1988 por intermédio do Padre Geraldo Leite, no entanto, atualmente as janelas se encontram compostas por basculantes (devido aos desgastes sofridos pelos vitrais nas últimas décadas). Durante a construção da igreja, marceneiros da Fábrica Arthur Lundgren foram responsáveis pela confecção das portas.

A igreja Santa Isabel possui em seu interior o túmulo do padre João Ribeiro que obteve destaque na Revolução Pernambucana de 1817, sendo considerado mais um mártir da revolução nos anais da historiografia pernambucana.

O Movimento Pró-Museu realizou em 2007 o projeto intitulado “Cartões Postais do Paulista” onde os moradores da cidade votaram em cinco bens culturais mais simbólicos do período operário. Dentre os destaques, a Igreja de Santa Isabel e a Casa Grande do Coronel foram os dois equipamentos mais votados pela população. (SILVA, 2008)

A Casa Grande do Coronel foi construída para a residência da família Lundgren em Paulista, sendo seu último morador o Comendador Arthur Lundgren. A casa é formada por duas edificações, como descreve Silva (2008, p.7),

A primeira casa, térrea, foi construída nas primeiras décadas do século XX, com área de 377m<sup>2</sup> (...) A segunda casa foi construída no início da década de 30, com quatro pavimentos repetidos, numa área de 1.164m<sup>2</sup> (...) com nítida influência da arquitetura européia. O jardim do Coronel situa-se ao lado da Casa-grande (...) onde já funcionou um Jardim Zoológico nas décadas de 40/50. O Jardim é o espaço mais arborizado do centro da cidade, com várias árvores (oitizeiros, jaqueiras, castanholas, mangueiras, palmeiras), além do coreto, o busto com a estátua do Coronel Frederico e todo o muro, com gradil em ferro fundido.

O interior da Casa Grande preserva a aura do período fabril. De acordo com o neto de Herman Lundgren, Nilson Lundgren, “A maioria dos móveis é da mesma época dos meus avós, que preservamos. A mesa de madeira da sala, o telefone, as poltronas verdes, a banheira...” (Diário de Pernambuco, 2017). Após a morte do patriarca Herman, por um significativo período morou um familiar por andar, residindo a matriarca Elizabeth Lundgren no térreo e os filhos sozinhos nos demais, visto que suas esposas moravam em outras residências. Devido a esta ocupação da casa, cada andar possuía um tipo de sala, banheiro e dois quartos.

O jardim do coronel é assim denominado devido ao busto do coronel Frederico Lundgren que lá se encontra e faz referência ao modelo coronelista administrativo da cidade, onde a relação íntima com a vida privada dos operários lembrava os regimes de servidão europeus (SILVA, 2008). O jardim era um espaço importante de lazer da população, pois possuía um parque com brinquedos, um zoológico e um coreto. O local era importante para a diversão dos operários e seus filhos. Atualmente, encontra-se fechado, abrindo raramente para a realização de eventos em parceria com a prefeitura ou instituições educacionais.

Devido à sua importância na história da cidade a Casa Grande e o jardim do Coronel foram tombados em nível estadual. A Igreja Santa Isabel está em processo de exame para o tombamento.

### **3. Patrimônio cultural e o exercício da cidadania: as possibilidades para uma educação patrimonial participativa no município de Paulista**

O artigo 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988) define patrimônio cultural como sendo:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Essa definição acompanha muitas das discussões que já vinham se processando desde o início do século XX a respeito do que seria tomado como patrimônio cultural de um país, ou região. Amparada aqui num conceito mais antropológico de cultura (Laraia, 1986)<sup>4</sup>, a definição de patrimônio na constituição de 1988 possibilita abraçar a diversidade material e imaterial das produções e vivências partilhadas socialmente no tempo e no espaço por uma população.

No Brasil, a construção da ideia de patrimônio vem se processando desde a década de 1930 com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1937. Naquele momento, intelectuais filiados às tendências modernistas nas artes plásticas, na arquitetura e literatura, estiveram à frente daquelas políticas voltadas para a preservação de um patrimônio a ser considerado brasileiro. (FONSECA, 1997)

O objetivo era, a partir de um aparato jurídico como o decreto-lei do tombamento, nomear e proteger um conjunto de bens a serem tomados como um patrimônio nacional, uma referência à identidade de um Brasil em construção. A proteção desse patrimônio asseguraria não apenas a prevalência de seu valor atribuído como a possibilidade de sua transmissão às gerações futuras.

No entanto, a construção desse patrimônio nacional gerou controvérsias e conflitos ao longo de todo seu processo, sobretudo no que se referia à diversidade e ao consenso entre a gestão pública e a sociedade civil do que deveria ser tomado como patrimônio cultural diante da ampla gama de produções culturais dos mais diferentes grupos e

---

<sup>4</sup> Diferente da ideia atribuída à cultura de erudição e formação cultural (do alemão *bildung* e das tradições humanistas da Renascença italiana) onde cultura se associaria ao enriquecimento intelectual do indivíduo a partir da produção, fruição e reflexão das obras acadêmicas, sejam elas artísticas, literárias, filosóficas, etc; a antropologia enquanto ciência, e ainda na esteira da etnografia de fins do século XIX, abraça a ideia de cultura como um sistema de normas e condutas que regem todas as ações e experiências de um determinado grupo de indivíduos, ou seja, cultura enquanto a forma como os sujeitos enxergam e instrumentalizam o mundo de acordo com suas necessidades e anseios.





comunidades espalhados pelo território nacional. A “produção” do patrimônio se colocaria, portanto, como uma ação política, encenada num espaço de poderes e interesses distintos em prol de uma identidade nacional coesa.

Os bens de pedra e cal, sobretudo imóveis datados de tempos coloniais brasileiros, alguns exemplares do século XIX junto às produções modernistas do século XX (que se dispunham a representar como protagonistas por uma identidade cultural brasileira) foram elencados por aquela elite intelectual como as principais referências a uma identidade nacional, amparados por valores históricos nacionais e artísticos universais, que por vezes representavam mais os grupos de elite e de poder constituintes de uma história mais oficial. Ocorreria, assim, uma espécie de homogeneização identitária que dificultou a presença do regional, do particular, do local.

Esse jogo de construções por uma identidade cultural nacional, fixa e una, alavancado pela gestão pública, não se sustentaria por muito tempo, seja diante dos processos de transformações e contatos entre diferentes culturas e sociedades graças a fenômenos como a globalização, seja por um maior alcance nos últimos anos de vozes dos grupos e comunidades eclipsados até então pela égide do nacional oficial e elitista. Um fenômeno de crise identitária já denunciada por sociólogos como Stuart Hall (1997).

Essa crise da identidade nacional, vista aqui como um processo de deslocamentos, desmoronamentos ou fragmentações de uma identidade cultural que se prezava uniformizadora, põe em questionamento não apenas os patrimônios de pedra e cal estabelecidos nos primeiros momentos de atuação de um órgão de preservação no Brasil, como também apresenta para reflexão o que se deveria, a partir de então, ser tomado como patrimônio cultural que de fato referenciasse a diversidade cultural de um país tão socialmente complexo e povoado de antagonismos, e de diferenças espaciais e de temporalidades.

Em 1975 foi criado por intermédio do intelectual Aloísio Magalhães o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), um órgão de pesquisa que visava ampliar as abordagens sobre cultura e conseqüentemente possibilitar uma revisão dos conceitos e práticas do patrimônio cultural e de sua preservação. Resguardado pelo conceito de

referência cultural<sup>5</sup>, o CNRC possibilitaria uma maior participação nas políticas de preservação dos agentes envolvidos na produção e na vivência das práticas culturais, ou seja, uma maior atuação das populações das comunidades nessas frentes.

A diversidade cultural e a participação da população nos processos de escolhas e definições do patrimônio cultural, num movimento mais de horizontalidade entre os agentes envolvidos do que hierárquico como se pautava nas primeiras décadas do SPHAN, deram a tônica às novas propostas preservacionistas e de construção dos patrimônios culturais pós década de 1970.

O desafio agora seria o de situar a preservação do patrimônio como uma política pública de fato, regida por posturas mais participativas da sociedade civil. Estaria em pauta, portanto, a relação da população com os bens tombados. Ou seja, até onde iria o reconhecimento e a representatividade desses patrimônios instituídos junto às populações a residirem nesses entornos onde se situam os bens patrimonializados.

Uma política pública de preservação, portanto, deveria:

Não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e a abertura à participação social na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse. (FONSECA, 1997, p. 29)

O Estado (definido nas esferas da união, estadual ou municipal), enquanto responsável legal pela gestão e preservação do patrimônio cultural via normas jurídicas, não deve desconsiderar nesse processo a multiplicidade de atores e práticas envolvidas nas posturas de preservação, bem como estar aberto à relativizar os valores e sentidos atribuídos e construídos em torno dos bens culturais, materiais ou imateriais.

Essa ressemantização dos bens culturais, sejam estes já patrimonializados, em processo de patrimonialização, ou passíveis a se tornarem futuros patrimônios, se configura a partir de uma revisão dos valores atribuídos, valores estes estabelecidos:

---

<sup>5</sup> A socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, define referência cultural como um movimento de “ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico” (FONSECA, 2012, p.113)

Em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social. (FONSECA, 1997, p. 41)

O que se pretende patrimonializar, portanto, deve ser posto em diálogo com os diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente com aquele bem cultural, colocando-se o Estado como um mediador qualificado entre os agentes que podem se colocar como favoráveis ou contrários às propostas de preservação, abrindo-se também espaço para transformações e revisões.

Insiste-se aqui no fator da recepção da sociedade civil, onde esta não se coloca como homogênea, diante das propostas e escolhas nas construções de patrimônios. Em casos como no Brasil, por exemplo, deve-se considerar a ampla diversidade cultural, muitas vezes inscrita em mesmos territórios administrativos, além de aspectos sociais de grande parte da população como as limitações de escolaridade e o acesso restrito aos bens culturais (inclusive daqueles já instituídos como patrimônio).

Esta recepção do patrimônio pela população, compreendida à luz dos estudos do historiador cultural Roger Chartier (1988), não se apresenta como um fenômeno passivo, mas como uma recepção que já se coloca como produtora de novos sentidos atribuídos àqueles patrimônios, possibilitando diferentes olhares e interpretações de um mesmo patrimônio, com variações também no tempo, no espaço e nas dinâmicas de cada grupo social. Uma recepção complexa que confere diferentes possibilidades de usos e valores de um patrimônio.

É nesse momento de uma construção participativa dos patrimônios culturais de um país, estado ou município, prezando pela formação e exercício da cidadania, que se pode trazer para a ação a proposta da Educação Patrimonial. Uma educação não como uma mera transmissão de conhecimentos e informações, mas firmada em princípios da construção de um senso crítico, onde o sujeito é chamado a refletir sobre sua condição de agente histórico e transformador a partir de suas relações e vivências em sociedade.



A CEDUC (Coordenação de Educação Patrimonial) órgão criado em 2009 e vinculado ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), define a Educação Patrimonial como:

Todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para o seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (FLORENCIO et al, 2014, p. 19)

Percebe-se que esse conceito põe em cena as ideias de referências culturais, o conceito antropológico de cultura em toda a sua diversidade, a preocupação com a recepção dos sujeitos e uma postura crítica com relação às atribuições de valor conferidas ao patrimônio cultural. Nota-se também no posicionamento do IPHAN uma postura de educação que se predispõe também a se estender para além dos muros da escola, ampliando o raio de participação e de exercício de cidadania junto às associações, aos grupos representativos, e a ampla sociedade civil.

No jogo da preservação do patrimônio, os bens culturais devem ser percebidos e avaliados dentro do cotidiano das pessoas, e não reificados como monumentos que não dialogam com as vivências e referências das comunidades. A construção é coletiva, e o poder público se posiciona como um mediador entre os interesses e conflitos possíveis junto à sociedade civil e seus bens e referentes culturais. Nesse sentido, a Educação Patrimonial se coloca como um instrumento pertinente.

No município do Paulista, Estado de Pernambuco, a Casa e Jardim do Coronel (tombada pelo Estado – Fundarpe em 2010) e a Igreja de Santa Isabel (em processo de tombamento aberto desde 2010), colocam-se como bens culturais referentes a um período da cidade marcado pelas relações sociais de trabalho em torno da Companhia de Tecidos Paulista. Um valor histórico destacado nas solicitações de tombamento e nos históricos levantados, no sentido de reafirmar aqueles bens como relevantes para a História de Paulista, mas também para a história da indústria têxtil no Estado de Pernambuco.

Também valores artísticos foram ressaltados na composição desses históricos para o tombamento. Tanto na Igreja de Santa Isabel, destacando-se a presença do ecletismo

arquitetônico de origem européia (com referências a arquiteturas do medievo como o românico e o gótico); assim como na Casa Grande, apresentada sob formas e configurações à européia. (PRÓ-MUSEU, 2010) (FUNDARPE, 2004)

Contudo, esses usos e significados dos bens ancorados no passado oficial e nos cânones artísticos também sofreram transformações, ressemantizações, junto à população de Paulista com o passar das décadas, a exemplo de uma das fábricas dos Lundgren hoje abrigar um centro de compras. Talvez apenas o uso preservado de outrora se apresente na Igreja de Santa Isabel, onde o valor religioso é capaz de possuir mais relevância do que o artístico ou mesmo o histórico. Cabe, portanto, verificar onde, quando e como esses bens patrimonializados se inserem no cotidiano da população, e de que forma a mesma percebe a relevância da preservação desses bens.

Em abril de 2010 o Movimento Pró-Museu da cidade do Paulista, envia carta ao Conselho Estadual de Cultura<sup>6</sup> solicitando a abertura de um processo de tombamento para a Igreja de Santa Isabel. O discurso da carta amparou-se nos já 60 anos de existência da igreja, na história de sua construção e envolvimento dos Lundgren e da população em todo o processo construtivo, nas suas configurações artísticas e nas relações tecidas entre a fábrica e o operariado onde a igreja se situava como importante espaço de vivências, conflitos e práticas sociais. (PRÓ-MUSEU, 2010)

Com relação à recepção da igreja como um patrimônio pela população, o Pró-Museu destaca a votação popular ocorrida em 2008 que elegera a edificação como um dos cartões-postais de Paulista, ressaltando sua importância não apenas local como também estadual, já que a igreja fazia parte do conjunto de bens integrantes do patrimônio industrial têxtil da região. Com Edital de tombamento publicado em 2010, o processo de tombamento ainda se encontra em aberto sem parecer conclusivo. Nesse período também se garantem as mesmas prerrogativas de acautelamento e preservação do bem, tal como se aplicam às edificações já tombadas.

---

<sup>6</sup> Órgão vinculado ao Estado com responsabilidade pela decisão dos bens culturais a serem tombados ou registrados em Pernambuco. Neste caso, a Fundarpe se apresenta como órgão técnico, responsável pela elaboração de exame técnico e parecer a se colocar favorável ou não ao tombamento, sendo apreciado e decidido finalmente pelo Conselho.

Já o tombamento da Casa Grande do Coronel Lundgren partiu de iniciativa do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE) em julho de 2002 com proposta de seu então presidente na época o arquiteto José Luiz Mota Menezes. Na solicitação do tombamento previa-se não apenas a preservação da edificação, mas de todo um conjunto circunscrito num polígono de 23. 584 metros quadrados. (FUNDARPE, 2004) Contudo, de acordo com presidente do movimento Pró-Museu, Ricardo Andrade, “Toda articulação, os abraços, pressão nas reuniões do Conselho Estadual de Cultura durante mais de dois anos, fomos nós. Isso sem falar na Campanha "Cartões Postais do Paulista", com votação nas urnas eletrônicas dos bens culturais mais simbólicos e inserções no Bom dia PE e NE TV ao vivo, para sensibilizar a população”. Os abraços que ele se refere, foram mobilizações de “abraço” à Casa Grande, ou seja, rodeado por moradores como forma de protesto pacífico visando a valorização do patrimônio.

Com Edital de Tombamento aberto em abril de 2003, a Fundarpe se colocou como responsável em realizar o exame técnico (histórico e arquitetônico) a fim de concluir uma possível viabilidade para o tombamento via Conselho Estadual de Cultura. O Exame da Fundarpe ressalta a importância da família Lundgren para o setor têxtil em Pernambuco, mencionando as transformações urbanísticas ocorridas na região de Paulista com as fábricas e a vila operária, destacando, inclusive, a Igreja de Santa Isabel.

No que se refere às relações da população com a Casa Grande, o Exame Técnico e o Parecer Conclusivo alegam que, apesar da Casa não ser aberta ao público (possuindo potencial para abrigar um espaço museológico), há um destaque para os jardins do entorno, onde já funcionaram um zoológico e um parque freqüentado pelas famílias dos operários. A importância ambiental e urbanística também é ressaltada graças à presença de uma extensa área verde no polígono que se pretendia tornar.

Como forma de acautelamento, a Fundarpe também se coloca favorável ao tombamento do polígono da Casa Grande já que a prefeitura de Paulista, em período de elaboração de sua Planta Diretora no ano de 2003 não havia expressado interesses preservacionistas para a então área em questão, não havendo, pois um respaldo municipal até então. (FUNDARPE, 2004). Em setembro de 2009 o Conselho Estadual resolve pelo

tombamento do Conjunto que seria homologado pelo governados do Estado no ano seguinte.

#### **4. A relação dos moradores com patrimônios da cidade do Paulista-PE**

O questionário aplicado obteve um quantitativo significativo de respostas, sendo composto por 92 mulheres e 33 homens, sendo 59% entre 21 a 40 anos. Esta faixa etária obtida em maior número é interessante visto que corresponde a adultos que estão economicamente ativos, possuindo em tese o poder de interferir nas diretrizes da cidade seja através da escolha de políticos que possuam propostas de acordo com seus ideais e objetivos, assim como mediante a mobilização via sociedade civil. Além disto, observou-se que 29% dos entrevistados possuem curso superior e 20% pós-graduação, com ocupações de trabalho variadas.

Os entrevistados estão distribuídos em bairros diversos, sendo em maior número na pesquisa os bairros Vila Torres Galvão (27%), Janga (13%), Pau Amarelo (9%), Arthur Lundgren I (8%), Centro (7%) e Maranguape I (7%). A diversidade de bairros é importante, pois confere a pesquisa uma amostra equilibrada entre os diversos bairros da cidade.

O tempo de residência na cidade também foi um dado significativo, correspondendo a 49% de 10 a 30 anos e 37% mais de 30 anos. Este dado influencia o nível de conhecimento da história da cidade onde 36% da população afirmou conhecer e 52% conhecer em parte. Ao serem perguntados se alguém da família trabalhou na Companhia de Tecidos Paulista, 41% responderam que sim. A CTP finalizou suas atividades no início dos anos 90, mas como muitos funcionários ganharam as casas como parte da indenização, explica-se a grande permanência de familiares na cidade. Além disto, os operários que migraram para Paulista, seus filhos e netos formaram suas identidades atreladas aos diversos aspectos que envolvia a vida em uma cidade ligada à produção fabril. Os dados da pesquisa confirmam esta herança visto que das 51 pessoas que afirmaram que familiares trabalharam na CTP, 27 disseram que foram seus pais que trabalharam e 28 responderam seus avós.

Estórias e personagens deste universo ainda “vivem” através de conversas familiares e rodas de amigos. Contudo, a memória é passada através da oralidade, visto que Paulista não possui instituições museológicas onde os mais jovens possam ter contato com bens materiais da época como, por exemplo, o maquinário. Isto foi verificado por um entrevistado que sugeriu “seria importante a transformação do espaço como museu da cidade, trazendo artigos da fábrica e artefatos importantes como a locomotiva que circulava pela cidade”.

A população da cidade, apesar da sua distribuição espacial, onde vários bairros localizam-se distantes do centro como é o caso dos bairros do litoral, demonstrou através da pesquisa uma frequente visitação da área central da cidade. 62% dos entrevistados afirmaram que frequentam pelo menos uma vez por semana este local. A principal atividade realizada neste espaço são as compras, seguido de serviços médicos, local de embarque de transporte, lazer e atividades religiosas. O centro de Paulista possui um comércio ativo, além de uma feira onde são comercializados principalmente frutas e verduras. Além disto, situa-se um shopping na antiga fábrica da CTP que possui opções de lazer como cinema e teatro.

Ao serem questionados sobre o conhecimento da história da Igreja Santa Isabel e da Casa Grande dos Lundgren, aproximadamente metade dos entrevistados afirmaram saber. A maior parte das pessoas que sabe a história são moradores cuja família trabalhou na CTP.

A igreja Santa Isabel é aberta ao público e 55% dos entrevistados consideraram muito importante a preservação da mesma, porém 32% apontaram como não importante a preservação da mesma. No tocante à casa grande, 45% acham muito importante a preservação e 30% acham pouco importante. Observa-se com este número que um quantitativo relevante não tem como preocupação a preservação destes bens que simbolizam uma parte importante da história da cidade. A pesquisa constatou que uma boa parte dos moradores que conhecem totalmente ou em parte a história da cidade não considera relevante a salvaguarda da Casa Grande e Igreja Santa Isabel. Contudo, ao



serem questionados se o Jardim do Coronel deveria ser aberto ao público, 96% dos interrogados afirmaram que sim apontado como atividades que poderiam ser desenvolvidas no local a realização de eventos culturais, práticas recreativas, local de descanso e local de passagem para a circulação em Paulista.

## **5. Conclusões**

A pesquisa apontou que a história ainda está viva e presente na memória e conversas cotidianas, contudo não existe nenhum espaço na cidade para educação patrimonial. Existe a proposta de transformar a Casa Grande em um espaço museológico, porém de acordo com entrevista concedida pelo responsável pelo projeto, Nilson Lundgren, o espaço seria voltado para a perpetuação da memória da família. A abertura da Casa Grande é de suma importância tanto para contribuir com perpetuação da história entre os moradores, como funcionar como atrativo turístico. Porém, tão importante quanto a história desta família que mudou o espaço, cultura e organização social da cidade, é de extrema relevância a história dos operários. Faz-se necessária a criação de um espaço que possa valorizar a força de trabalho destes pernambucanos, assim como suas contribuições culturais e sociais na cidade. Até o momento não existe nenhuma previsão para a inauguração da Casa Grande, desta forma o movimento Pró-Museu possui como um dos seus objetivos promover a sensibilização para abertura tanto da Casa Grande como do Jardim do Coronel.

O desafio agora se coloca em como a Casa Grande e seus jardim podem ser reinseridos no cotidiano da população de Paulista, que hoje se ampara apenas nas memórias de vivências e usos passados daquele polígono tombado. Esta pesquisa constatou o grande interesse por parte da população na abertura do jardim que pode suprir grandes necessidades da população. O centro de Paulista possui poucas opções de lazer, além do shopping, além de poucas áreas verdes estruturadas para a população e isto foi constatado pelas escolhas dos moradores na pesquisa em relação aos tipos de atividades que poderiam ser desenvolvidas no local.

Conclui-se que apesar de movimentos voltados para salvaguarda do patrimônio, parte da população ainda não conhece a história da cidade e não tem interesse em preservar estes bens culturais. É diante dessas situações, no jogo da preservação e de seus tombamentos, que a Educação Patrimonial se coloca como ferramenta importante na abertura de diálogos entre a população e as instituições envolvidas nas práticas patrimonializantes, a fim de não apenas ampliar o conhecimento dos habitantes acerca dos bens culturais em questão mas também propiciar um senso crítico para uma compreensão do processo de construção daqueles patrimônios e como esses bens podem, de fato, serem inseridos dentro de perspectivas para um interesse público, de fato: possíveis e acessíveis a todos

### Referências bibliográficas

BARBOSA, Virgínia. Igreja de Santa Isabel, Paulista, PE. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 15 ago. 2017

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAVALCANTE, Maria Clara da Silva . **Urbanização e Construção dos Espaços Sociais e Culturais em Paulista (1930-1950)**. BOLETIM HISTORIAR, n. 12, 2016.

CHARTIER, Roger. **Cultural History**. Cambridge: Polity Press, 1988

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (Pernambuco) (Org.). **Casarão dos Lundgren, o misterioso cartão-postal da cidade do Paulista**. Diário de Pernambuco: Curiosamente. Recife, p. .1-.1. Não é um mês valido! 2017. Disponível em: <<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/casarao-dos-lundgren-o-misterioso-cartao-postal-da-cidade-do-paulista/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

DENKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo. 2 ed. São Paulo: Futura, 1998

FLORÊNCIO, Sônia Rampin; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: Trajetória Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ/Minc/IPHAN, 1997.



\_\_\_\_\_. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **Políticas sociais: acompanhamento e análise, 2012**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3305>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FUNDARPE. **Exame Técnico: Tombamento da Casa Grande e Jardim do Coronel – Paulista PE**. Recife: Fundarpe, 2004.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais**. Recife: Fundarpe, 2009.

GOES, Raul. **Um Sueco Emigra para o Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1997.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MASCHIO, Maralice et al. **Experiências dos trabalhadores das lojas Pernambucanas no contexto da Reestruturação Produtiva (1970-2000)**. Marechal Cândido Rondon: Programa de Mestrado em História/UNIOESTE, 2008.

PRÓ-MUSEU. Carta dirigida ao CEC (Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco). Paulista, 23 jan. 2010. In: FUNDARPE. **Processo de Tombamento da Igreja de Santa Isabel – Paulista PE**. Recife, Fundarpe, 2010. Fls.2-3.

SILVA, Ricardo Andrade da Costa. **Cartões-postais do paulista-pe:: uma proposta de preservação do patrimônio**. In: IV ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador. Anais... . Salvador: ., 2008. p. 1 - 11. Disponível em: <<file:///C:/Users/Net/Documents/Paulista/artigo.ricardo.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017